

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

3ª

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

----- Para se verificar a existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes os quarenta e três membros que constituem este órgão deliberativo e que a seguir se relacionam: -----

- Ilídio Granjo Vaz, -----
- António de Jesus Cordeiro, -----
- José Maria Preto, -----
- João Fernando Pinto de Freitas Meira, -----
- Maria Teresa Cordeiro Afonso, -----
- Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, -----
- José Francisco Bento Sanches Branco, -----
- Ilídio Simões Martins, -----
- Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, -----
- Altino dos Anjos Aleixo, -----
- Antero Augusto Neto Lopes, -----
- Antónia de Jesus Moura Cardoso, -----
- Fernando António Atanásio Pereira, -----
- Cândido Francisco Fernandes, -----
- Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarica, -----
- Ilídio Miguel Martins Rito, em substituição de Luzia Cordeiro Salgado que pediu a suspensão do mandato, ao abrigo da alínea c) dos n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal, -
- Daniel Fernando Ribeiro Salgado, -----
- Filipa Isabel Serafim Martins, -----
- José dos Santos Carrasco, -----
- Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, -----
- Ana Paula Miguéis Gonçalves Sá, -----
- António Augusto Gonçalves, -----

- Cláudio Rafael Gouveia Pires, em substituição do Senhor Vítor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, -----
- António Luís Bernardo Martins, -----
- João de Deus Possacos, -----
- José Francisco Marcos Carrasco, -----
- José Carlos Ferreira Lopes, -----
- António dos Santos Aleixo, -----
- Luís António Rodrigues Fernandes, -----
- José António Freitas, -----
- Martinho do Nascimento Major, -----
- José António Patrão, -----
- Carlos Alberto Sousa Reis, -----
- Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, em substituição de António Cândido Batista Cordeiro, Presidente da União de Freguesias de Remondes e Soutelo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, -----
- Francisco Manuel Fernandes, -----
- Vítor Manuel de Oliveira Coelho, -----
- António José Marcos, -----
- Américo Rodrigues, -----
- Belarmino Silvestre Pinto, -----
- Rui Manuel Felgueiras Mesquita, -----
- Manuel Maria Sousa, -----
- Manuel dos Anjos Garcia. -----
- Foram justificadas as faltas dos seguintes membros: -----
- Vítor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, -----
- António Cândido Batista Cordeiro, Presidente da União de Freguesias de Remondes e Soutelo. -----
- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia:-----
- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**
- 1.1 Período de Intervenção do Público. -----**
- 1.2 Assuntos de interesse relevante para o Município. -----**
- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**
- 2.1 Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, al. c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

2.2 Apreciação e votação dos documentos da Prestação de Contas do Ano de 2013. -----

2.3 Apreciação e votação da 2.ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita para o Ano de 2014. -----

2.4 Apreciação e votação da 2.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2014. -----

2.5 Apreciação e votação do Mapa de Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município. -----

2.6 Apreciação e votação da minuta de protocolo respeitante à delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Mogadouro e a Junta de Freguesia de Bemposta. -----

2.7 Adesão à “Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor” – Apreciação e aprovação dos Estatutos. -----

2.8 Outros assuntos. -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- 1.1 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Não se registaram intervenções neste período. -----

----- 1.2 ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO: - O Senhor Presidente da Mesa deu início à Terceira Sessão da Assembleia Municipal, informando que a ata da sessão anterior, pelos motivos que, infelizmente são conhecidos (a Assistente Técnica, Isabel Preto, que presta apoio ao Núcleo Administrativo deste órgão encontra-se ausente por doença prolongada), ainda não está redigida. Estava praticamente pronta com base no Regimento atual, entendendo, ele, que essa ata ainda deveria ser lavrada à luz do anterior Regimento, deveu-se, deste modo, o seu atraso. Já pediu à Câmara Municipal a substituição voluntária da trabalhadora, por entender também que a Sala da Assembleia Municipal é um espaço público, que tem que estar aberto à comunidade e tem que estar lá alguém para receber as pessoas, com conhecimento de expediente que possa substituir, dignamente e provisoriamente quem não pode lá estar por motivos de saúde. Prometeu que, na próxima sessão, a ata será trazida a este órgão para análise e aprovação e os assuntos que foram aprovados na ata em minuta, tiveram o devido tratamento e seguimento. ---

----- VOTOS DE PESAR: - A pedido do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Mesa da Assembleia Municipal propôs a votação de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor António Francisco Moreno, irmão do Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Aníbal José Moreno e o envio à família de sentidas condolências. Foi aprovado, por unanimidade. -----

----- Neste seguimento, mais foi deliberado, por unanimidade, também propor um voto de pesar pelo falecimento de Alberto Acácio Cordeiro, irmão do Senhor Presidente da União de Freguesias de Remondes e Soutelo, membro desta assembleia por inerência do cargo que ocupa. -----

----- Foi também deliberado, por unanimidade, propôr mais dois votos de pesar, um pelo passamento da mãe do ex-presidente da Câmara Municipal, Senhor Armando José Venâncio Salomé e outro pelo passamento da Senhora Maria da Luz Neto, esposa do ex-presidente da Junta de Freguesia de Paradela, Senhor António Neto, com o envio às respetivas famílias de sentidas condolências. -----

----- **LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** - O Senhor Presidente da Assembleia informou que, num recente seminário que teve lugar, a primeira parte em Torre de Moncorvo, e a segunda, em Mogadouro, promovido pela Câmara Municipal e para o qual não foi convidado mas sabe que o assunto foi falado, informou a assembleia que, de acordo com a nova Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no órgão deliberativo não há deputados municipais, como até aqui vinham sendo tratados, mas, sim, *“membros da assembleia municipal”*. Assim e, após substituição, no artigo 18.º do novo Regimento, passam a designar-se por *“membros da assembleia municipal”*. Foi de entendimento geral aceitar, o que da própria lei advém. -----

----- **USO DA PALAVRA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

SENHOR ILÍDIO MARTINS – Cumprimentou pela primeira vez o Primeiro Secretário Senhor Antero Neto. -----

----- Interveio para dizer que não se conforma pelo não envio da ata da anterior sessão da Assembleia Municipal e alertou o Senhor Presidente para que a situação de faltas da trabalhadora do Núcleo de Apoio Administrativo seja prevenida. Não tendo a ata, disse que seguiria o guião das assembleias, bem como as agendas dos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

----- Refelicitou a Representante da União de Freguesias de Remondes e Soutelo, Senhora Conceição Meirinho pelo discurso proferido na sessão das *“Comemorações do 25 de abril”*, parabenizando ainda os Senhores Presidente da Câmara Municipal e Presidente da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei, pelas suas intervenções naquela sessão. -----

----- Pela leitura das atas das reuniões do órgão executivo, aproveitou para elogiar o trabalho levado a efeito pelo grupo de teatro ACEITTA, pela sua atuação na Casa da Cultura. -----

----- Congratulou-se ainda pelo apoio que o Executivo Camarário atribuiu aos dois atletas do concelho. -----

BELMIRO FERREIRA – Apresentou, por escrito a intervenção que adiante se transcreve: -----

*“Bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais e Srs. Presidentes de Junta e Comunicação social e público presente. -----
Apoio ao investimento/criação de postos de trabalhos. -----*

Sobre este tema, já fiz nesta Assembleia, várias intervenções no mandato anterior, dei-me ao cuidado de apresentar até a sugestão de um projeto de regulamento. -----

Mas comungo da preocupação que começa a existir, principalmente por parte do Sr. Deputado Dr. Daniel Ribeiro. -----

Confesso que me surpreendi a sugestão dos vereadores eleitos pelo PSD, que fizeram uma proposta muito concreta sobre investimentos privados a realizar no concelho. É louvável a visão que começam a notar da realidade. -----

Eu, numa intervenção realizada em dezembro de 2011, tive mais a preocupação da criação de postos de trabalho, para novas empresas e empresas já existentes, mas podemos e devemos ir mais longe. -----

Hoje nesta Assembleia, já falei como o IMI, pode ajudar ao investimento.

Mas temos que ter a preocupação maior, e articular esse possível projeto de regulamento com outros, pois precisamos de empresas, mas também precisamos de jovens, para essas empresas, precisamos de estancar a perca de população neste concelho, se possível aumentá-la, pois só assim podemos ter serviços públicos com qualidade e próximos de nós. -----

Deixo aqui algumas sugestões: -----

Subsídio de natalidade; -----

Redução de taxas e licenças, se possível grátis, para a reconstrução de imóveis nas nossas freguesias; -----

Apoio a habitação aos jovens; -----

Apoio ao regresso dos nossos emigrantes e aos seus projetos de investimento; -----

Subsídio a criação de empresas e emprego. -----

Etc. -----

IMI – Visto não ter havido qualquer alteração da taxa mínima, anteriormente definida por esta Assembleia, e podendo a mesma ser tomada, até ao final do mês de Novembro, acho que ainda estamos a tempo de estudarmos algumas alterações que podem ser benéficas para a nossa economia local. -----

Na minha anterior intervenção sobre este assunto em dezembro de 2012, emite algumas considerações, que hoje ainda são mais oportunas. O desemprego e a desertificação, como a emigração de muitos dos nossos concidadãos. -----

Na altura disse que este imposto, podia ter uma taxa inferior ao definido na lei geral e enumerei o artigo 112.º do CIMI (código do imposto municipal de imóveis). -----

Não mudei de opinião, sobre este imposto, acho que o mesmo deve ser alvo de um trabalho cuidado, com o objetivo de fixar população, e com um objetivo de permitir a recuperação de imóveis nas nossas aldeias. -----

Permitam-me que de um exemplo, na malha urbana da vila, o imposto seria 3%, na zona do Castelo, olhando que precisamos de recuperar imóveis era 2,3%, novas construções, 3,3%, a recuperação teria sempre um bônus de 1%. -----

Esta medida podia-se aplicar às freguesias, construção nova 3.1% e existente 2.7%, recuperação 2,3. -----

Reparem neste pormenor construir nas aldeias era menor a taxa em relação à vila. -----

Isto são opções políticas, que tem que ser trabalhadas, com os técnicos da autarquia, com as juntas de freguesia, porque os técnicos sabem se os sistemas de água e esgotos, ainda suportam novas construções o custo desses ramais e manutenção. Com as juntas de freguesia, para ver se conseguiam mobilizar as pessoas para reconstrução de imóveis degradados. -----

Era uma receita só dos municípios, mas com a nova lei 7372013, de 3 de setembro, passa a ser também uma receita das freguesias, mais uma razão para o seu envolvimento na discussão, dispondo as mesmas da opção, se queriam ou não que se aplica-se no território sobre a sua administração. – Na altura que abordei esse assunto, falei no concelho de Mação, pela singularidade de ser um exemplo nessa redução. -----

*A conjugação de diversas políticas de apoio e ajuda às famílias, permitiu a esse Município ser reconhecido com o título de **MUNICÍPIO MAIS FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL**, atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis”. -----*

JOSÉ PRETO – Interveio e disse a respeito do assunto IMI apresentado pelo membro desta Assembleia Belmiro Ferreira. Lembrou que esta Assembleia aprovou a taxa do IMI naqueles valores por causa da saúde financeira do Município, não foi o que aconteceu em muitos outros municípios. -----

----- Disse estar preocupado com a localização da Casa Mortuária. Nos documentos que lhes foram distribuídos, ficaram a saber que no dia sete de março, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Evaristo Neves, terá tido uma reunião com o Arquiteto Vítor Mogadouro sobre a questão do projeto da Casa Mortuária. Não conhecendo o projeto, mas ouvindo a opinião da população, esta mostra-se preocupada com o local de implantação desta obra. Entendeu que, tal como fizeram junto dos comerciantes, para se pronunciarem acerca das datas da realização das feiras, solicitava à Câmara Municipal a mesma tomada de posição para este assunto, que a aceitasse como proposta. -----

----- Outro assunto que o fez falar, foi sobre a redefinição da rede escolar para os anos letivos futuros, pensando não haver grandes preocupações, estando tranquilo e sossegado porque o Senhor Presidente da Câmara havia

prometido, em campanha eleitoral que, jamais, encerraria qualquer escola no concelho. -----

----- Estranhou a estagnação a que o concelho está votado, dado existir uma câmara com dinheiro para fazer obras, o que só pode denotar uma incapacidade para executar e para tomar iniciativas. -----

----- Enalteceu o trabalho que tem sido desenvolvido pelo grupo de teatro ACEITTA, mas lembrou que este grupo já existiu e fez atuações meritórias durante os executivos anteriores. Neste momento, em relação a este assunto levou-o a questionar, se não irá este grupo substituir o pelouro da Cultura da Câmara Municipal. -----

----- Quanto ao apoio aos atletas, também fez questão de recordar que o apoio começou a ser atribuído no executivo anterior. -----

ANTÓNIA CARDOSO – Interveio para agradecer ao Executivo o fornecimento de transporte a doentes oncológicos, pedindo novamente àquele órgão que faça um estudo sobre o grande número de doentes tumorais no concelho que poderá haver construções, casas particulares e salas de ordenha, materiais que possam levar a este índices. -----

----- Sobre o encerramento de escolas, tema trazido a esta assembleia pelo anterior interveniente, considerou ser muito atrevimento, por entender que ele fez parte do Conselho Municipal de Educação, esteve em todos os órgãos, o fecho de escolas foi tratado com ele, trouxe e foi imposto na escola o TEIPE, que não deveria abordar este assunto. -----

----- Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que lute até ao fim pelo não encerramento da escola de Bemposta, porque quando este assunto aqui, esta assembleia, foi abordado, a ordem era para deixar cinco polos no concelho e a Câmara Municipal não se incomodou com isso. Entendeu que são as crianças a sofrer com certas tomadas de posição, como por exemplo, a rede escolar nunca ter sido pensada a favor delas, porque se fosse, nunca as crianças de Castro Vicente viriam para Mogadouro. -----

----- Chamou a atenção para o acidente que houve com uma criança no antigo quiosque do largo Trindade Coelho que foi colocado na escola, solicitando a sua retirada, para que não provoque outros casos graves. -----

----- Mostrou-se de acordo com o elogio feito pelo Senhor Ilídio Martins quanto aos discursos proferidos na última sessão comemorativa do vinte e cinco de abril. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Interveio e começou por justificar o facto de ainda não ter conseguido substituir a funcionária Dona Isabel Preto, que continua internada, por não ser fácil encontrar outra funcionária que cumpra as obrigações, tal qual são necessárias para secretariar uma assembleia municipal. Ponderou, com o Senhor Presidente da Assembleia, a possibilidade que indicar a funcionária adstrita ao secretariado das atas do órgão executivo, justificando, no entanto, que também não seria agradável

para aquele serviço, no caso do período de internamento se prolongar por muito mais tempo. -----

----- Sobre o grupo de teatro ACEITTA, confirmou a existência de um protocolo celebrado entre ambas as partes, onde consta que uma das primeiras atividades será no mês de agosto. -----

----- Também foi confirmado o apoio a dois atletas do concelho, aprovado, por unanimidade, no órgão executivo. -----

----- Relativamente à questão do IMI, agradeceu ao membro que apresentou as sugestões e respondeu-lhe que irão ser estudadas. -----

----- Sobre o problema do amianto, levantado por alguns membros desta assembleia, informou que os Serviços da Câmara estão a fazer um levantamento de todos os edifícios municipais e rede de água para apresentar à CIM – Comunidade Intermunicipal, tal como foi solicitado. ---

----- Disse aceitar com bom grado a sugestão proposta pelo membro José Maria quanto à auscultação da população em relação à localização da Casa Mortuária, a preocupação das pessoas também lhe chega. -----

----- Fez saber que, sendo uma sua promessa eleitoral, a reorganização da rede escolar, deve ser uma preocupação de todos porque não devem permitir o encerramento de escolas. Informou que o Executivo Camarário já tomou a sua posição, além da escola de Bemposta, também em relação às de Castro Vicente e Brunhoso. -----

----- Referiu-se à intervenção do membro José Maria sobre a alusão à estagnação do concelho e disse não concordar com a sua afirmação. Esta situação não passa só pelo município de Mogadouro mas também pelo país. Afirmou que se pudesse gastar os quatro milhões de euros, depressa os gastava. As obras não se põem assim a concurso, há procedimentos que têm de ser tomados. -----

----- Informou que o Executivo deliberou, por unanimidade, proporcionar o transporte, além dos doentes oncológicos, também a outros com doenças graves. -----

----- Sobre o menino acidentado na escola do primeiro ciclo, comunicou que já foi providenciado o apoio com a colocação de uma auxiliar, especificamente às refeições e prometeu a reparação do quiosque, a fim de evitar mais danos. -----

JOÃO MEIRA – Interveio e disse: Elogiou a abertura da Câmara Municipal para acatar as propostas apresentadas pela Assembleia Municipal, nomeadamente no que se refere à proposta apresentada pelo membro José Maria sobre auscultar a população para executar determinadas obras. Lembrou que, em tempos, anteriores executivos não tiveram essa abertura para levar a efeito a destruição do Mercado Municipal e das obras feitas à frente do cemitério de Mogadouro, bem como do *placard* colocado no início da avenida, que se encontra avariado. -

----- Sobre a Casa Mortuária disse ser opção da Câmara localizá-la no local já referido, não obstante isso, referiu que o seu custo desce para menos de metade daquilo que inicialmente estava planeado. -----

----- A respeito da Cultura, afirmou que a Câmara está a levar a cabo nesta área, o que estava previsto. -----

FILIPA MARTINS – Interveio e disse que, no Conselho Municipal de Educação deveriam ser discutidos todos os assuntos relacionados com a ação educativa e os casos de *bulling*, estranhando não terem sido acionados os meios legais e existentes no nosso Concelho, nomeadamente as autoridades policiais, GNR ou Escola Segura. Referiu ainda que não teriam sido sinalizados os alunos que exerciam várias formas de violência, quer física quer psicológica à comissão de proteção de Crianças e Jovens, concluindo ser importante que esta situação fosse tomada em consideração no próximo Conselho Municipal de Educação. -----

----- Enalteceu positivamente o pelouro da Cultura do Município pelo desenrolar das atividades dispostas à população e aproveitou para dar os parabéns à Assembleia Municipal pelo programa do 40.º Aniversário das Comemorações do 25 de abril. -----

ANTÓNIO GONÇALVES – Interveio e disse não concordar com a declaração de voto apresentada pelos Vereadores do PSD na reunião do Executivo de onze de março relativamente à política cultural do nosso concelho, aproveitando para elogiar o trabalho levado a cabo pelos Professores de Educação Musical, Educação Física e de Inglês, deixando um reparo a estes Senhores Vereadores que não os vira presentes nos espetáculos levados a cabo pelo pelouro da Cultura. -----

ILÍDIO MARTINS – Interveio para felicitar a Senhora Vereadora da Cultura pelo espetáculo a que assistiu na sessão do 25 de abril. Referiu-se ao grupo ACEITTA e felicitou o facto dos Senhores Vereadores do PSD terem votado favoravelmente à celebração do protocolo. Em relação à Assembleia Municipal referiu que deve haver sempre dois trabalhadores disponíveis para o Núcleo de Apoio Administrativo, por forma, a que se assegurem os serviços mínimos deste órgão. -----

----- Felicitou o Executivo pela execução da Terceira Fase da Zona Industrial e solicitou, uma vez mais, os elementos sobre a toponímia, uma vez que ainda não os recebera por parte da Comissão. -----

JOSÉ MARIA – Interveio e disse que, pessoalmente não se revê com as críticas que lhe foram dirigidas, que nada o move contra o grupo de teatro ACEITTA e que tudo o que seja de interesse cultural para o nosso concelho seja sempre muito bem-vindo. -----

----- Voltou a insistir sobre o erro na localização da Casa Mortuária e questionou os eventuais custos advenientes. -----

----- Relativamente à intervenção de um membro desta Assembleia Antónia Cardoso, lamentou o teor das suas declarações por as considerar

descabidas, nomeadamente sobre o encerramento das escolas que, à data, foram da responsabilidade do Ministério da Educação e nunca do Agrupamento de Escolas de Mogadouro ou da Câmara Municipal. Aliás, orgulha-se das boas relações que sempre presidiram entre o Agrupamento de Escolas de Mogadouro e a Câmara Municipal. -----

ANTÓNIA CARDOSO – Interveio em direito de resposta e disse que quanto ao encerramento das escolas nada mais teria a dizer. -----

----- Todos os professores sabem que o TEIP (Território de Intervenção Prioritária) fora uma decisão do Diretor à revelia dos professores e salientou que se sente satisfeita pelo facto de não pertencer aos Quadros deste Agrupamento. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Interveio e disse que relativamente à Casa Mortuária considerou que a sua deslocalização é mais nobre e mais útil e terá redução nos seus custos. -----

----- Que o grupo ACEITTA estará disponível para prestar atividades em todas as freguesias do concelho. -----

----- Sobre o Conselho Municipal de Educação considerou que, por vezes, se discutem assuntos em detrimento das competências do órgão. -----

----- Quanto à substituição da funcionária da Assembleia Municipal está ciente que a situação terá que ser resolvida no mais breve prazo. -----

2. PERÍOD DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o ponto em referência. O Senhor Presidente da Câmara não apresentou qualquer comentário, porquanto os documentos foram todos fornecidos. -----

----- O Presidente da Assembleia abriu o ponto para debate intervindo os seguintes membros: -----

ANTÓNIO MARTINS – Interveio para se pronunciar sobre a situação financeira do Município, por considerar que havendo disponibilidade financeira para responder à situação económica e social que a população atravessa, bem como à necessidade de se poder amortizar dívida e de lançar novas obras, o atual Executivo parou no tempo, e mostra-se incapaz para traçar novas perspetivas de investimento. -----

JOSÉ PRETO – Interveio e disse que relativamente ao ponto em apreciação questionava a Senhora Vereadora do pelouro da Educação Joana Vicente da Silva sobre o teor das informações prestadas pela AMOGAPE, no Conselho Municipal de Educação, nomeadamente sobre o funcionamento dos transportes escolares, a inclusão do Agrupamento ao Programa TEIP por considerar ser este o órgão que superentende as

políticas educativas para o concelho, referindo também que na Escola existe, por força de lei, um órgão soberano que se chama Conselho Geral onde se discute e aprova o Projeto Educativo do Agrupamento, o qual, por maioria, com um voto contra aprovou a adesão do Agrupamento ao Programa TEIP. -----

VEREADORA JOANA DA SILVA – Interveio e referiu que o Conselho Municipal de Educação é um órgão que terá de estar permanentemente atento às questões relacionadas com as políticas educativas do Município e que, na sua qualidade de Vereadora do pelouro, tudo fará para dar a maior atenção aos casos de *bullying* e à melhoria das refeições e dos transportes escolares. -----

2.2 Apreciação e votação dos documentos da Prestação de Contas do ano de 2013: -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o ponto em apreciação. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Interveio para apresentar o documento em apreciação, de acordo com o relatório previamente elaborado e, posteriormente entregue a todos os membros da Assembleia solicitando a sua aprovação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Abriu o período de debate, intervindo os seguintes membros da Assembleia: -----

JOÃO MEIRA – Interveio e disse, que depois de analisados os documentos de prestação de contas de dois mil e treze, constatou haver uma diferenciação e um tratamento desigual na atribuição de verbas para as freguesias, apelando ao atual executivo que a atribuição de verbas seja equitativa. -----

JOSÉ PRETO – Interveio para fazer uma breve referência positiva à prestação de contas do ano de dois mil e treze, aludindo que somente um quarto ou menos do apresentado é do atual executivo. O restante pertence a um executivo do PSD, relevando a sua boa gestão, a sua saúde financeira, porque na base da atuação esteve a ponderação, o controlo, o rigor e o investimento e desenvolvimento de projetos em prol do concelho. Concluiu, referindo que a prática das políticas sociais já pertencia ao executivo anterior. -----

ANTÓNIO MARTINS – Interveio e justificou que o documento apresentado traduz a realidade da gestão do anterior executivo. Referindo-se à intervenção do membro João Meira quanto à transferência de verbas para as freguesias, que Bemposta ocupou o pódio, lembrou-lhe que não foi só na gestão da câmara do PSD, também agora, com um executivo do PS, a freguesia de Bemposta continua a ser a que mais recebe porque é o maior contribuinte para os cofres do Município. Quis também recordar ao Senhor João Meira as suas raízes. -----

JOÃO MEIRA – Interveio, no uso do direito de defesa, para dizer que não esquece as suas raízes. Que o Senhor Presidente da Junta de Bemposta devia ficar vaidoso, porque ele, no lugar dele, ficaria. Só queria defender que as transferências para as outras freguesias se deviam aproximar mais daquela. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou os Documentos da Prestação de Contas do Ano de 2013 a votação e foi deliberado, por unanimidade, aprová-lo. -----

----- Passou, de imediato à apresentação do seguinte ponto: -----

2.3 Apreciação e votação da 2.ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2014: - O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Interveio para explicar as razões que levaram a Câmara Municipal a pedir a aprovação do documento em causa.

PRESIDENTE DA ASEMBLEIA MUNICIPAL – Usou da palavra para pôr a votação, sendo o assunto aprovado, por unanimidade. -----

2.4 Apreciação e votação da 2.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2014: - O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para colocar o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado, por unanimidade. -----

2.5 Apreciação e votação do Mapa de Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município: - Usando da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou, se havia alguém para se pronunciar e não havendo registo de intervenções, colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado, por unanimidade. -----

2.6 Apreciação e votação da minuta do protocolo respeitante à delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Mogadouro e a Junta de Freguesia de Bemposta: - O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre este ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Interveio para explicar que este protocolo se refere à gestão do pavilhão gimnodesportivo de Bemposta, que é propriedade da Câmara Municipal pela Junta de Freguesia. Resulta da lei e tem que merecer aprovação de ambos os órgãos para vigorar. -----

ANTERO NETO – Interveio para elucidar o membro Ilídio Martins que não foi a Ploumagoar, mas a “Paris de França”, a convite da Senhora Olímpia Garnacho, de Valverde. -----

----- Aproveitou para fazer algumas correções ao protocolo. -----

ANTÓNIO MARTINS – Interveio para dizer que se sente honrado e lisonjeado e agradeceu a quem lá construiu o pavilhão que além se servir a população de Bemposta, também está aberto a receber pessoal de todo o concelho com utilização gratuita, sendo muito requisitado por pessoas de

algumas pessoas de outras aldeias e algumas instituições de solidariedade social. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Colocou o documento à votação e o mesmo foi aprovado, por unanimidade. -----

2.7 Adesão à “Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor” e apreciação e votação dos Estatutos: - O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação deste assunto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Interveio para explicar a razão da criação desta Agência, dizendo que irá gerir o fundo do Baixo Sabor e após a sua implementação, a Associação de Municípios do Baixo Sabor será extinta. -----

----- Seguem-se os estatutos da Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor aqui presentes para aprovação: -----

----- *“As Agências de Desenvolvimento Regional são pessoas coletivas de direito privado, podendo ser associações, fundações, sociedades civis ou comerciais, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas ou agrupamentos europeus de interesse económico (art.º 3º, do Decreto-Lei nº 88/99, de 19 de março). No que toca à Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor, será uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, de natureza associativa, e com características de utilidade pública, regulada pelos seus estatutos e pelo Decreto-Lei nº 88/99, de 19 de março, e pela Portaria nº 282/99, de 26 de abril.* -----

----- **Objeto da Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor - Associação ADRBS** -----

----- *De acordo com o art.º 4º dos seus estatutos, constitui objeto da Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor - Associação ADRBS, o fomento e a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do Baixo Sabor, a favor da comunidade abrangida e em benefício do interesse público, através da valorização dos recursos endógenos, do aproveitamento das oportunidades criadas pelo Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor e de qualquer programa operacional ou financeiro, em cooperação e colaboração com a administração local, regional e central (nº 1).* -----

----- *Com vista à prossecução do seu objeto, a Agência pode realizar todas as ações que forem consideradas adequadas e necessárias, designadamente (nº 2 do art.º 4º):* -----

a) Promover projetos estruturantes relevantes para a região do Baixo Sabor - projetos que pela sua relevância viabilizem outros projetos de natureza económica ou que pela sua escala supramunicipal o justifiquem; -----

- b) *Fomentar, valorizar e coordenar ações de natureza económica, social, cultural e ambiental; -----*
- c) *Promover o emprego, a formação profissional, o empreendedorismo, a competitividade, a inovação, a fixação das populações e a divulgação das oportunidades de investimento na região junto do tecido empresarial da região; -----*
- d) *Incentivar o surgimento de novos projetos económicos – apoio de proximidade ao empreendedorismo regional nas diferentes fases - ideia, projeto, arranque e consolidação - e no enquadramento em sistemas financeiros de apoio diversos que permitam atrair investimentos externos; -----*
- e) *Reforçar a dinamização, organização e valorização do potencial turístico da Região, induzindo o aproveitamento edificado (castelos, museus e monumentos), dos Parques Naturais e do Douro Vinhateiro (Douro navegável, Lagos do Sabor e Praia do Azibo), no sentido de criar uma oferta turística que decisivamente contribua para a valorização e preservação dos recursos e valores essenciais da Região em todas as suas vertentes - Turismo da Natureza, Cultural, Náutico e de Saúde e Bem-Estar (Turismo Sénior); -----*
- f) *Elaboração, negociação, mediação e execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional; -----*
- g) *Cooperação com instituições locais, regionais e centrais, governamentais ou não governamentais e com personalidades que se ocupem do Desenvolvimento Local, Regional e de questões conexas; -----*
- h) *Promoção da realização de infraestruturas e equipamentos coletivos; -----*
- i) *Promoção de congressos, seminários, colóquios, debates e intervenções nos meios de comunicação social tendentes a promover o desenvolvimento regional; -----*
- j) *Elaboração, apresentação, revisão, acompanhamento e/ou execução técnica, administrativa e financeira de projetos e iniciativas, da sua autoria ou da autoria de entidades terceiras, que tenham em vista o desenvolvimento sustentável da região correspondente ao âmbito territorial da Agência, numa ótica de criação de riqueza e de fomento de dinâmicas cívicas e de bem-estar social, ou que de qualquer outra forma se adequem ao objeto da Agência; -----*
- k) *Negociação, celebração, execução e/ou acompanhamento de contratos e protocolos tendo em vista a obtenção de financiamento para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que se enquadrem na alínea anterior, designadamente estabelecidos com o Fundo do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor ou com qualquer outro*

fundo público ou privado, incluindo a prática de todos os atos necessários para o cumprimento de tais contratos e protocolos e execução dos projetos aos mesmos inerentes; -----

l) Divulgação dos recursos e das atividades da região; -----

m) Promover e desenvolver a cooperação transfronteiriça com as regiões espanholas mais próximas, bem como com outras regiões que prossigam os mesmos objetivos estratégicos. -----

----- Além das ações acabadas de enunciar, a Agência poderá desenvolver quaisquer outras que se coadunem com o seu objeto indicado no n.º 1 (nº 3 do art.º 4º). -----

----- Âmbito territorial -----

----- Quanto ao âmbito territorial, a Agência exercerá a sua atividade na área geográfica correspondente às NUTS III do Douro e do Alto Trás-os-Montes, devendo incidir principalmente nos Municípios Torre de Moncorvo, Mogadouro, Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros (art.º 5º). -----

----- Conforme dispõe o art.º 59º, da Lei 50/2012, de 30 de agosto, os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações. -----

----- Após apreciação e, com base no disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a participação do Município de Mogadouro na “Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor – Associação ADRBS, bem como os Estatutos que lhe servem de base. -----

2.8. Apreciação e votação da declaração de interesse público na realização da empreitada de “Loteamento Industrial – III Fase –

Análise e deliberação: - Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia apresentou, o ponto que a seguir se transcreve, com entrega prévia, aos Senhores Membros Municipais, de cópia da certidão extraída da deliberação do órgão executivo que aprovou o assunto que a seguir se transcreve: -----

“DELCAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NA REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE “LOTEAMENTO INDUSTRIAL – III FASE” -

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - *Foi presente o ofício proveniente da Secção Central do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com a referência número “004077304”, datado de vinte e dois de abril de dois mil e catorze, relativo ao processo número cento e oitenta e um barra catorze, registado no Balcão Único com o número “2104,EXP,E,GE,2024”, sobre o assunto “Outros processos cautelares”, em que o Autor é, Jaime Nogueira & Filhos, Lda.; o Réu, o Município de*

Mogadouro e o Contrainteressado, Gualdim Ansiões Amado & Filhos, Lda., no qual notificou o Município de Mogadouro, para no prazo de dez dias, deduzir oposição, querendo ao requerido pelo (s) Requerente (s), no Processo Cautelar que, tem por base a adjudicação da empreitada de “Loteamento Industrial de Mogadouro – III Fase”. -----

----- Informou que, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 128.º do CPTA, “não pode iniciar ou prosseguir a execução do ato, devendo impedir, como urgência, que os serviços competentes ou os interessados procedam ou continuem a proceder à execução do ato, salvo se, no prazo de 15 dias, mediante resolução fundamentada, reconhecer que o deferimento da execução seria gravemente prejudicial para o interesse público”. -----

----- Respeitante ao assunto em título, foi apresentada uma informação, que adiante se transcreve, datada de vinte e três de abril de dois mil e catorze, da Divisão dos Serviços Integrados da Presidência, assinada por três Técnicos da Câmara Municipal, Maria José Miguel Lopes, Abel Afonso Varandas e Maria Olímpia Marcos, em que, o Vereador Evaristo Neves, no uso de competências delegadas, proferiu o seguinte Despacho: “Ao Executivo, para análise e deliberação”: -----

----- “Considerando que: -----

- 1) A atual Zona Industrial está esgotada; -----*
- 2) Já existem muitos pedidos para atribuição de lotes (que não existem); -----*
- 3) A obra concursada de grande valor 1.331.284,15€; -----*
- 4) Foi uma candidatura em Bolsa de Mérito, de acordo com o disposto na alínea r) do n.º 2 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, com as alterações subsequentes, no artigo 19.º do Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão, no Regulamento específico “ Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” e no competente Aviso de Concurso/Convite n.º AAE/01/2011, divulgado no site www.novonorte.qren.pt aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de 2011, onde não é possível serem concedidas prorrogações de prazo dado que o atual quadro comunitário – QREN atingiu o seu término; -----*

- 5) *Sem financiamento comunitário não é possível a realização da mesma por parte do Município de Mogadouro, -----*
- 6) *A empreitada está financiada, tendo o custo elegível da Operação de 1.266.831,33€ e uma participação FEDER de 1.076.806,63€ correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85% do custo total elegível da Operação; -----*
- 7) *A empreitada tem um prazo de execução de 365 dias (trezentos e sessenta e cinco dias); -----*
- 8) *O Contrato de Financiamento foi outorgado em 15 de Abril de 2014, tendo a execução física e financeira da mesma que estar concluída até 30 de Junho de 2015, o que implica que a presente empreitada tenha obrigatoriamente que estar consignada antes de 30 de Junho de 2014; -----*
- 9) *Com a ampliação da Zona Industrial com 42 novos lotes, vai aumentar o tráfego de veículos (ligeiros e pesados) que terão obrigatoriamente que circular pelo centro da Vila de Mogadouro e, estando localizada a 550 metros do nó de ligação ao IC5 é prioridade deste Município a construção de uma variante, que servia de ligação entre o polo industrial e o nó do IC5; -----*
- 10) *À presente data, o Município de Mogadouro já tem o projeto da “CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DA ZONA INDUSTRIAL AO IC5”, acima referido orçado em 1.207.543,17€ mais o valor de IVA; -----*
- 11) *Em reuniões ocorridas na CCDRN, foi manifestada a intenção deste Município de Mogadouro de candidatar a empreitada CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DA ZONA INDUSTRIAL AO IC5, uma vez que ficou disponível da candidatura do Loteamento Industrial de Mogadouro – III Fase o montante de 887.522,76€,*

- existindo abertura por parte da CCDRN afetar este montante à CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DA ZONA INDUSTRIAL AO IC5;*
- 12) A CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DA ZONA INDUSTRIAL AO IC5, só se justifica com a execução da empreitada LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO – III FASE, uma vez que, a sua implantação fica distanciada da atual zona industrial em cerca de 500 metros; -----*
- 13) A não realização das duas empreitadas supra referidas, acarretam um desinvestimento no concelho de Mogadouro no montante de 1.964.329,39€ de fundos comunitários, ao que acresce, ainda a parte suportada pelo orçamento municipal no montante de 574.467,93€, o que totaliza o valor de 2.538.797,32€.” -----*

----- A Câmara tomou ainda conhecimento de uma cópia do “Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2)”, que tem por objeto a concessão de uma participação financeira destinada a financiar a Operação denominada com o “Código NORTE-07-0363-FEDER-000034”, designada por “Loteamento Industrial de Mogadouro – III Fase”, cujo cofinanciamento FEDER, no âmbito do Eixo Prioritário VII, foi aprovado pela Comissão Diretiva do ON.2, em dezanove de março de dois mil e catorze, até ao montante máximo de um milhão, setenta e seis mil, oitocentos e seis euros e sessenta e três cêntimos (€1.076.806,63), correspondente a uma taxa de cofinanciamento de oitenta e cinco por cento (85%) do custo total elegível da Operação. -----

----- O Executivo, com base na informação técnica e no contrato de financiamento supra referenciados deliberou, por unanimidade, o seguinte:

*----- **UM** – Declarar o interesse público na realização da empreitada “LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO – III FASE”. -----*

*----- **DOIS** – Submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos do disposto na alínea k) do número 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -*

----- Apreciado e colocado à votação pelo Senhor Presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, no uso das competências previstas na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, declarar o interesse público na realização

da empreitada denominada de “LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MOGADOURO – III FASE. -----

2.9 Outros assuntos – Neste ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos seguintes membros: -----

FILIPA MARTINS – Interveio e referiu-se novamente aos Territórios Educativos de Intervenção (TEIP), considerando muito negativo, por várias razões enumeradas, a sua integração no Agrupamento de Escolas de Mogadouro. – Que esta questão deve ser incluída nos trabalhos do Conselho Municipal de Educação devido à sua importância. -----

----- Aproveitou para dar os parabéns à Senhora Vereadora Joana da Silva por, tão bem, representar o pelouro da Educação. -----

----- Também concordou com o membro António Martins, quando, na qualidade, de Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, entendeu que deve o Município investir na área da ação social, mas que seja de uma forma justa e exequível para as pessoas carenciadas. – Pediu aos Senhores Vereadores, sem pelouro no órgão executivo, que colaborem na elaboração e aprovação dos regulamentos que permitam intervenções no domínio social. -----

ANTÓNIA CARDOSO – Interveio para dizer que, o TEIP, depois de começar a funcionar nas escolas, tem uma duração de dois anos obrigatoriamente. Não podem os Agrupamentos desistir, senão “*dá cadeia.*” -----

----- Denunciou as péssimas condições de trabalho na cantina escolar, por causa da falta de muitos dos utensílios necessários que permitam o correto e normal funcionamento da mesma. Considerou ser urgente a realização de alterações. Disse ainda, comida fria, não significa falta de qualidade. -----

BELMIRO FERREIRA – Interveio, no uso do direito de resposta, para solicitar resposta ao Senhor Vereador Evaristo Neves, quando na ata número quatro de dois mil e catorze, da Câmara Municipal, a páginas, setenta e um, o Senhor Vereador António Pimentel o interpelou acerca de uma reunião, em Sendim, com a firma Inertil, tendo como assunto a execução da obra da Zona Industrial. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia interveio para informar o membro Belmiro que este assunto não é para ser discutido abordado nesta sessão. -----

Apresentou, por escrito, a intervenção que adiante se reproduz: -----

“O assunto que me trás aqui, está hoje muito na moda, não por ser moda, mas sim por ser um problema concreto que interfere na vida das pessoas. O AMIANTO. -----

Assim, através da mesa, solicitava à câmara um estudo detalhado, das nossas redes de água, para conhecimento e análise futura possivelmente por esta assembleia. -----

O estudo deve ter vários parâmetros, para nós conhecermos melhor a realidade, e possamos intervir (Câmara/Assembleia) o mais rapidamente possível. -----

Deve ser definido por aldeias. -----

Os materiais que estão aplicados nessas redes. -----

Se uma aldeia tiver uma zona com um material e outra com outro material deve sempre ser indicado. -----

Se existe projeto? -----

Se está candidatada a alguns fundos comunitários? -----

Se tem candidatura aprovada? -----

Se está em plano, orçamento e cabimentada (lei dos compromissos)? -----

Outros dados ou informação que o departamento (sector) de águas considere que deve ser do nosso conhecimento, para uma melhor fundamentação, (podem ser relatórios de alguma entidade, informação que o sector deu ao município sobre alguma necessidade concreta, equipamento para tratamento, técnicos, etc.)”. -----

CÂNDIDO FERNANDES – Interveio para dizer que gostou de ouvir o Senhor Presidente da Junta de Bemposta quando referiu que disponibiliza o pavilhão daquela freguesia, sem custos, à população do concelho, propondo ao Senhor Presidente da Junta de Mogadouro, igual procedimento para o pavilhão de Mogadouro. -----

----- Fez ainda um pequeno reparo à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, quando afirmou que aquela freguesia contribui, em muito, para a economia do concelho, dizendo que concordou, mas que, também, as outras localidades daquela zona contribuem. -----

SANDRA MESQUITA – Interveio para agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Vereadora Joana a disponibilidade e apoio logístico dado pela Câmara Municipal, na realização do 1.º Encontro de Engenheiros, em Mogadouro, em dois mil e catorze. – Que, requer igual tratamento para futuros encontros que, a Associação de Mulheres Empreendedoras de Trás-os-Montes, da qual faz parte, irá levar a efeito no concelho, a qual tem como objetivo o escoamento de produtos regionais. ---

----- Referindo-se aos assuntos de interesse relevante para o Município, questionou o Senhor Vereador com o pelouro das Obras Municipais, Evaristo Neves, uma vez que teve reuniões sobre a ligação da Zona Industrial ao nó do IC5, se alguma vez, colocou à empresa, a proposta, aprovada numa sessão desta Assembleia Municipal, no mandato anterior, sobre a possibilidade de uma entrada do itinerário complementar para Mogadouro, a situar-se no viaduto que vai para Zava. -----

JOSÉ PRETO – Interveio para dizer que, nas sessões deste órgão se tem levantado muitas preocupações em várias áreas, mas com mais ênfase no domínio da educação. – Quando à denúncia apresentada pela Senhora Antónia Cardoso, no que concerne às refeições frias na cantina, quis saber

em qual delas porque, disse haver duas cantinas de apoio aos alunos, a do pólo escolar, da responsabilidade da Autarquia e a outra da responsabilidade do Agrupamento de Escolas. – Fez saber que, nesta última cantina não são servidas refeições frias porque ele almoça lá, todos os dias, e não confirmou o aludido. -----

----- Quanto ao TEIP, fez uma breve explanação sobre este projeto e a sua implementação no Agrupamento de Escolas de Mogadouro e os seus objetivos, realçando que visa combater o insucesso escolar. -----

ALTINO ALEIXO – Interveio para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela qualidade na apresentação das suas atividades. Pediu-lhe que se preocupe com o crescimento económico e demográfico do país. -----

----- Referindo-se ao membro António Martins, demonstrou o seu ponto de vista acerca das transferências de verbas para as Juntas de Freguesia. Considerou que agora existe coerência. -----

ANTÓNIO MARTINS – Interveio para saudar o regresso do membro Altino Aleixo às sessões do órgão deliberativo. -----

----- Disse não compreender certas intervenções quando elogiaram as atividades culturais levadas a cabo pelo atual Executivo. Considerou que atividades culturais já eram realizadas pelos anteriores executivos, as quais foram louvadas, pelo seu nível de qualidade, a nível distrital. -----

----- Informou ainda que o apoio a doentes oncológicos também já foi dado pelos anteriores Executivos. -----

ANTÓNIO GONÇALVES – Interveio para se referir a intervenções da sessão anterior sobre o assunto “*vacas gordas e vacas magras*”. -----

----- Prestou alguma informação sobre a riqueza das terras das freguesias de Bemposta, Peredo da Bemposta, Ventoselo, Vilarinho dos Galegos, aquela zona do concelho. Lembrou ao membro António Martins que o elogiou quando ele defendeu a sua freguesia. -----

----- Sobre a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Urrós, na anterior sessão deste órgão, informou-o sobre eventuais parcerias proveitosas que a Junta poderia encetar com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

ILÍDIO MARTINS – Interveio para elogiar duas das intervenções apresentadas nesta sessão, sem mencionar os nomes dos intervenientes, mas referindo-se “*a linha da frente*”. -----

----- Pediu novamente à Câmara Municipal cópia dos seguintes documentos: atas da Comissão de Toponímia; informações sobre a obra de ligação ao IC5 e a situação da permanência ou não da Repartição de Finanças em Mogadouro. -----

ANTÓNIO MARTINS – Interveio para recordar, mais uma vez, a riqueza e o valor das terras de uma das zonas do concelho, onde se situa a sua freguesia e outras e que geram riqueza na economia do concelho. -----

ANTÓNIO GONÇALVES – Interveio para responder aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Bemposta e Urrós sobre as suas intervenções anteriores. -----

----- Sobre as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta para lhe dizer que ele não percebeu a sua intervenção sobre o assunto. -----

EVARISTO NEVES – Interveio para responder “à questão pertinente” que a Senhora Sandra Mesquita colocou acerca da ligação do IC5 à Zona Industrial de Mogadouro. – Que o projeto já está aprovado e vai nascer do atual nó do IC5 e que, neste momento, o concurso já esteja na *VORTAL*. ---

----- Mais informou que, quanto ao nó da avenida de Espanha, está a Câmara Municipal, nesta fase, a elaborar um projeto para abertura daquele nó, bem como o nó de Santiago, tal como consta do programa eleitoral do PS. Mais lhe disse que, quando houver novidades, dar-lhas-á. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Interveio para dizer que se encontravam encerradas as intervenções por parte dos Senhores Membros desta Assembleia Municipal. -----

----- A Segunda Secretária da Mesa, Teresa Cordeiro, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

O Núcleo de Apoio Administrativo à Assembleia Municipal,

Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira
(Coordenadora Técnica)

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾Esta ata é constituída por 8324 palavras, distribuídas por 22 páginas